

Descaminhos da "riqueza sustentável"

Henri Acselrad*

O documento oficial de balanço de dezoito meses de governo Lula sugere, redesenhando com novas ênfases, o que seria o programa efetivo dessa administração. A conhecida opção pela inserção passiva na globalização nos é aí apresentada como se fosse "um novo modelo de desenvolvimento". Mas trata-se, com efeito, da já conhecida estratégia que combina o agronegócio exportador com a intenção de que aflorem tecnologias competitivas. Acrescentam-se apenas traços do que tem sido chamado de "modernização ecológica", ou seja, a referência a um meio ambiente "de negócios" (aquele já posto em cena pelo Avança Brasil, do segundo governo Fernando Henrique Cardoso) destinado a oferecer imagem ecológica internacionalmente favorável. A face "ambiental" do modelo apresenta-se assim como a soma das divisas a serem obtidas com um "ecoturismo" com as divisas da monocultura produtora de celulose – esta última intencional e indevidamente apresentada como prática de "reflorestamento". O neologismo "riqueza sustentável", que dá título a um subcapítulo do referido relatório, surpreende. Ficam, diante dele, desconcertados, em particular, aqueles que sempre consideraram estar a riqueza (de poucos) fortemente ligada à pobreza (de muitos). Aos que acreditam que a riqueza e a pobreza são pólos conexos de um mesmo processo de distribuição desigual, a idéia de "riqueza sustentável" preocupa mesmo. Isso porque por meio dela somos levados a supor que, ao lado da sustentação da riqueza, vamos continuar observando, com desalento, a um simultâneo espetáculo de "sustentação" da pobreza.

O que vemos, com efeito, é uma estratégia voltada para exportar a qualquer custo, justificada pelos imperativos do ajuste macroeconômico. A pretensão de que se esteja adotando um modelo dito "nacional-globalista", que combine afirmação de interesses nacionais no contexto "inevitável" da globalização, esbarra no fato de que não há de fato base social interna beneficiária de um tal modelo que não o próprio setor empresarial exportador com sua capacidade sabidamente muito limitada de gerar empregos. E é notável, além disso, a ausência de qualquer menção à vontade de se impedir a desestruturação predatória que as culturas de exportação produzem em economias locais, com o conseqüente agravamento da desigualdade. Nenhum charme é atribuído às formas não globalizadas de produção. Mais uma vez, prevalecem os velhos cacoetes da retórica desenvolvimentista: dirige-se a mensagem do "desenvolvimento" para o capital, a do "social" para os pobres e a do "ambiental" – basicamente um ambiente "florestal" – para os verdes; notadamente os internacionais (a expansão da soja na Amazônia, afirmou recentemente um responsável da área agrícola do governo, dar-se-á nas áreas degradadas "por causa da opinião pública internacional").

Conseqüentemente, não se vislumbra nenhuma iniciativa destinada a limitar os mecanismos predatórios da vida social e do meio; nenhum esforço de originalidade que mesmo um programa moderado e pragmático poderia supor, tal como, digamos, o de um "agronegócio territorialmente combinado com pequena produção diversificada", a adoção de "inovação técnica com reconhecimento da contribuição inventiva do saber operário e do pequeno produtor rural" ou até um "empreendedorismo ecologicamente condicionado"... ou seja, um discurso que mostrasse a intenção de

desacelerar os mecanismos pelos quais, na últimas décadas, se tem reproduzido tanto a dominação sobre os trabalhadores como sobre seus ambientes.

LIMITES ESTRUTURAIIS

Ao priorizar o agronegócio exportador como um subproduto da estratégia de estabilização econômica, o governo internalizou uma definição externa (leia-se, a definição proposta pelos ideólogos da total liberdade de movimento para os capitais) do que se consideram "limites estruturais". Tidos esses limites como imperativos, diante deles todas as políticas governamentais passam a se curvar: toda prioridade foi dada, assim, à busca de credibilidade junto ao capital internacional. Ao se colocar os indicadores de risco-Brasil no posto de comando, abdicou-se de explorar as possibilidades da política, ao menos da capacidade de, por meio dela, se questionar os limites ditos estruturais tais como eles estão sendo impostos pelo "mercado", quer dizer, pelos próprios agentes econômicos detentores do poder "de dar fuga aos capitais". Por via de consequência, vimos ocorrer, neste um ano e oito meses, não só um deslocamento com relação ao que foi apresentado no programa eleitoral, mas, sobretudo, com relação a um modo de fazer política – até então, na perspectiva do chamado campo democrático e popular, com P maiúsculo. Com efeito, ao ceder à chantagem locacional dos capitais – ou seja, à pressão exercida pelas grandes corporações sobre os rumos da política econômica sob a ameaça que fazem de retirar do país os seus investimentos –, o governo abriu espaço para a ofensiva liberal, para o efeito desorganizador do realismo e da abdição da política. É o que explica a força das multinacionais da transgenia no debate da Lei de Biossegurança (força quase silenciosa, dada a prevalência de um cientismo de inspiração progressista, que até dispensou o maior comparecimento das próprias empresas na cena pública), o ataque organizado contra o sistema de licenciamento ambiental apontado como importante "causa do desemprego no país", a ousadia do capital imobiliário na introdução do dispositivo – artigo 64 – que procura afastar a aplicação do Código Florestal nas áreas urbanas e de expansão urbana etc. Ou seja, temos visto se esboçar um conjunto de ações que apontam para a confi guração de um verdadeiro e orquestrado desastre ambiental no país. Isto porque, dado o tamanho da crise do emprego, grande parte da vontade política do governo federal apresenta-se hoje aprisionada nas mãos dos que detêm o "poder do investimento".

Mas como se apresenta hoje o campo de forças onde se dá o embate central em torno ao modelo de desenvolvimento no Brasil? Sabemos que duas linhas coexistem no governo Lula desde o seu início: a que privilegia a estabilidade monetária a qualquer custo – notadamente ao custo social do desemprego – e a que privilegia o crescimento econômico – em nome do inadiável combate ao desemprego. O nível das taxas de juros e as facilidades oferecidas aos movimentos do capital financeiro, pilares da política econômica ortodoxa, separam efetivamente estas duas linhas. Não há dúvida que contra o financismo rentista – que promete à população um futuro radioso, dando aos especuladores um presente de Fausto – a corrente desenvolvimentista pretende reconstituir um projeto nacional e recuperar os instrumentos de política industrial para além do que simplesmente o mercado impõe.

ESTRATÉGIAS PRODUTIVAS

Mas uma mesma lógica parece unir, no atual momento, essas duas correntes no que diz respeito às estratégias produtivas – a lógica da preferência por um crescimento centrado no agronegócio exportador. Verifica-se, assim, no interior da própria vertente minoritária antinacionalista, uma aliança tácita entre o desenvolvimentismo nacionalista (que busca a criação de emprego a qualquer custo) e o capital agroexportador, inclusive multinacional (que pretende estar concorrendo orquespara a geração de divisas também a qualquer custo). Encontraremos, por exemplo, essa aliança presente na crítica às chamadas “restrições ambientais ao desenvolvimento”. Na promoção desta campanha, temos visto os mesmos agentes que pedem o Estado mínimo virem à cena pública acusar o licenciamento ambiental de lento e burocrático, pressionando para obter o que seria, de fato, uma espécie de “licenciamento mínimo”. Alegando a responsabilidade ambiental das empresas, fazem, na verdade, ofensiva cerrada contra o que até aqui se conquistou como pertinente à responsabilidade ambiental do Estado.

Assim é que, tal como hoje se configura, o modelo de desenvolvimento em vigor vem demonstrando ter como seus verdadeiros sujeitos os agentes fortes no mercado mundial. E a força destes agentes reside exatamente na “chantagem locacional” pela qual os grandes investidores envolvem, quando não submetem a, todos aqueles que buscam o emprego, a geração de divisas e a receita pública a qualquer custo. No plano nacional, se não obtiverem vantagens fi nanceiras, liberdade de remessa de lucros, estabilidade etc. os capitais internacionalizados ameaçam se “deslocalizar” para outros países. No plano subnacional, se não obtiverem vantagens fiscais, terreno de graça, flexibilização de normas ambientais, urbanísticas e sociais, também se “deslocalizam”, penalizando, conseqüentemente, os Estados e municípios onde é maior o empenho em se preservar conquistas sociais e ambientais. Ao mesmo tempo, ao escolher o espaço mais rentável onde se realocar (ou seja, aqueles locais onde conseguem obter vantagens fiscais e ambientais), acabam premiando com seus recursos Estados e municípios onde é menor o nível de organização da sociedade e mais débil o esforço em assegurar o respeito às conquistas legais. Ou seja, neste quadro político-institucional, os capitais conseguem “internalizar a capacidade de desorganizar a sociedade” (quer dizer, adquirir o poder de desorganizar a sociedade), punindo com a falta de investimentos os espaços mais organizados, e premiando, por outro lado, com seus recursos, os espaços menos organizados.

A CARA DO GOVERNO

Nesse contexto, cabe perguntar: seria possível inibir a ofensiva liberal, contestando a idéia do agronegócio exportador como “a cara do governo Lula”? Apesar da adversa correlação de forças, temos visto algumas experiências que apontam na direção de uma resposta afirmativa. A ocupação de área plantada com monocultura de eucalipto no sul da Bahia em maio deste ano, realizada pelo Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra (MST), por exemplo, mudou a qualidade do debate sobre o modelo de desenvolvimento no país. Ao ocupar pela primeira vez terras tidas correntemente como “produtivas”, os sem-terra puseram na agenda pública uma inovadora discussão sobre o conceito de “produtividade”. Ou seja, por essa demonstração, pôs-se em dúvida a idéia corrente do que seja “terra

produtiva". Ao agitar a metáfora de que "não se come eucalipto", os ocupantes estavam de fato afirmando: "Não é, de fato, produtiva a terra que produz qualquer coisa a qualquer custo". Não se deveria, segundo eles, considerar produtiva a terra que pode estar contribuindo para gerar divisas, sim, mas ao custo de secar os rios, destruir a biodiversidade e contaminar os solos, recursos que são indispensáveis para a existência de pequenos agricultores, comunidades quilombolas, pescadores artesanais, assentamentos de reforma agrária e núcleos urbanos.

Deu-se assim, nesse episódio, uma demonstração de resistência à "chantagem de localização" a partir de baixo – dos próprios trabalhadores. É legítimo – sugerem eles – dar ao povo a oportunidade de discutir – de forma plural e plenamente informada – as condições pelas quais lhe são prometidos empregos. Não é, por outro lado, legítimo, escapar a esse debate, cultuando noções de produtividade que só servem aos grandes empreendimentos monoculturais ou deslocando simplesmente os investimentos danosos para outra região onde a crise a desorganização da sociedade seja maior. Problematizando o conceito de "produtividade", essa resistência, pela base, ao desenvolvimento concentrador de recursos, mesmo que efetuada em localidades determinadas, mostra que é possível discutir as condições de entrada e saída de capitais também a nível nacional. Caberia aos dirigentes na escala federal tirar as conseqüências. Pois resistir à "chantagem da deslocalização", seja nos planos local ou nacional, significa atingir o núcleo duro da reprodução da desigualdade de poder nos tempos de globalização, ou seja, os instrumentos pelos quais os capitais procuram adquirir a capacidade de desorganizar a sociedade.

*Henri Acselrad é professor do Instituto de Pesquisa e Planejamento Urbano e Regional da Universidade Federal do Rio de Janeiro (IPPUR/UFRJ)

Fonte: Brasil de fato, setembro de 2004

<http://www.brasildefato.com.br/debate/debate-81.htm>